



ACÓRDÃO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 3560/2015.

2- Assunto: Tomada de Contas Especial referente a Parcela do Única do Convênio nº. 37/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura– SEC e a Prefeitura Municipal de Barcelos.

3- Órgãos: Secretaria de Estado de Cultura – SEC e Prefeitura Municipal de Barcelos.

4- Responsáveis: Sr. Robério dos Santos Braga, Secretário de Estado de Cultura, à época e Sr. José Ribamar Fontes Beleza, Prefeito Municipal de Barcelos, à época.

5- Advogado: Dra. Jéssica Laís Rondon Pirangy OAB/AM nº 10.452.

6- Unidade Técnica: DEATV.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 345EX/2017-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.131/132v).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Tomada de Contas de Convênio.

Ilegalidade. Irregularidade. Alcance. Ofício. Multa. Determinação. Notificação. Encaminhamento ao MPE..

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 – Julgar Ilegal o Termo de Convênio nº 37/2014, firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura - SEC, no ato, representada por seu Secretário de Estado, **Sr. Robério dos Santos Pereira Braga**; e a Prefeitura Municipal de Barcelos, representada por seu Prefeito, à época, **Sr. José Ribamar Fontes Beleza**, em virtude das irregularidades acostadas aos itens 12-13; 14-16, deste voto;

9.2 – Julgar Irregular a Tomada de Contas Especial do Convênio nº 37/2014-SEC, com fulcro nos Art. 1º, IX e 22, III, "a" e "b" da Lei nº 2.423/1996 c/c Art. 5º, IX da Resolução nº 04/2002, em virtude das irregularidades acostadas aos itens 19-22; 23-25; 26-30; 31-35; 36-38, deste voto;

9.3 – Considerar em Alcance o **Sr. José Ribamar Fontes Beleza**, Prefeito Municipal de Barcelos à época, Gestor da Conveniente, no montante de **R\$330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais)**, valor global do Convênio nº 37/2014, com devolução aos cofres públicos do Estado do Amazonas, corrigidos, com fulcro no artigo 304, III, da Resolução nº 04/2002 - Regimento Interno do TCE, nos termos dos itens 23-25; 26-30; 31-35; 36-38, deste voto;



ACÓRDÃO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4 – Aplicar ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza, as seguintes sanções:

- a) Multa**, no valor de **R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face as graves violações à norma constantes dos itens 23-25; 26-30; 31-35; 36-38, supra.

9.5 – Conceder prazo ao Sr. José Ribamar Fontes Beleza de 30 (trinta) dias para que recolham aos cofres estaduais as multas e débitos aplicados nos itens acima, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução do título proveniente da multa (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotado decisão terminativa;

9.6 – Oficiar a Secretaria de Estado de Cultura com teor do presente Voto e sequente decisório, visando endossar a conclusão do Relatório de Tomada de Contas Especial, elaborado pela Comissão Permanente da SEC, acerca da inscrição da Prefeitura Municipal de Barcelos no rol de inadimplentes do Estado (Sistema AF/SEFAZ);

9.7 – Determinar à Secretaria de Estado de Cultura - SEC:

- a)** Que cumpra o disposto no art. 12, “h”, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM c/c art. 38, VI, da Lei nº 8.666/1993;
- b)** Que cumpra o disposto no art. 116, §2º, da Lei nº 8.666/1993, apresentando o documento no momento inicial da Prestação de Contas;
- c)** Que exija a contrapartida quando realizar transferências voluntárias aos Municípios do estado;
- d)** Que nos futuros convênios realizados, exija a abertura da conta específica junto ao banco, em seguida da assinatura do convênio, e que no contrato de abertura seja posto uma observação que faça referência ao Ajuste e que esse dado venha sempre presente nos extratos bancários, fazendo, dessa forma, que o Art. 5º, VII da Res. 03/1998 – TCE/AM c/c Art. 19 da IN 08/2004 – SCI, seja observado a finco;
- e)** Que observe art. 16, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM, e cumpra o Cronograma de Desembolso dos futuros Ajustes
- f)** Que cumpra o disposto no art. 22, da IN nº 08/2004 SCI, assim como o art. 31, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM
- g)** Que cumpra o disposto no art. 43, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM;
- h)** Que nos próximos ajustes apresente o resultado do chamamento público responsável por escolher a entidade parceira do Termo de



ACÓRDÃO Nº 14/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Convênio, cumprindo o disposto no art. 4º, II, da Resolução nº 12/2012 TCE/AM.

9.8 – Notificar o Sr. José Ribamar Fontes Beleza e o Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório;

9.9 – Encaminhar ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de Janeiro de 2018.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral